

**BOAS PRÁTICAS
DE CONSULTA
PÚBLICA EM
PROCESSOS DE
(RE)ELABORAÇÃO
CURRICULAR**

Ao longo do processo de (re)elaboração curricular, é importante que sejam feitas consultas públicas à comunidade escolar e sociedade civil em geral, visando aprimorar a qualidade do documento e promover a participação efetiva de todos.

Alguns estados e municípios no Brasil já fizeram consultas públicas. Essas experiências podem trazer inspirações e aprendizados para a (re)elaboração de currículos à luz da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

A primeira parte deste documento destaca algumas recomendações gerais acerca da realização dessas consultas. Na sequência, são apresentadas, de forma breve, as experiências de consulta pública de Santa Catarina, Pernambuco e do município de São Paulo.



► SUGESTÕES PARA O PROCESSO DE (RE)ELABORAÇÃO CURRICULAR

Quando fazer

As consultas públicas podem ser realizadas em diversos momentos. No início do processo, são úteis para um diagnóstico da situação e para coletar expectativas sobre o que se espera do currículo. Ao longo da elaboração do documento curricular, essas consultas são importantes para captar primeiras percepções sobre o trabalho em construção e para coletar contribuições sobre as versões preliminares.

Como fazer

Consultas públicas poderão ser realizadas presencialmente ou virtualmente. A plataforma Educação é Base apresenta uma interface colaborativa e participativa, e pode gerar relatórios com os resultados das consultas. Além disso, consultas on-line podem ser feitas por meio de sites e formulários como os formulários do Google. Com eles, é possível criar questionários de acordo com o tipo de pergunta e de resposta que se deseja (alternativas com notas de 1 a 10 ou respostas abertas, por exemplo).

Questões abertas X questões fechadas

Consultas orientadas por perguntas mais específicas, que evitam respostas genéricas, favorecem resultados mais consistentes, o que torna mais fácil a sistematização das contribuições. Quando há um volume muito grande de participações, recomenda-se um questionário com questões fechadas (alternativas). Caso seja necessário, é possível adicionar questões abertas (dissertativas) para o aprofundamento de certas temáticas. O importante é ter clareza das contribuições esperadas e construir um questionário que possa ser sistematizado posteriormente. Assim, as contribuições poderão ser efetivamente utilizadas pela equipe de currículo.



[Veja um exemplo de questionário](#)

Presencial X Online

As plataformas digitais têm como vantagens a rapidez, a fácil sistematização, o custo reduzido, além de grande abrangência. Elas podem agregar um número alto de participantes, uma vez que os links podem ser divulgados pelas redes sociais e e-mails. Já as consultas presenciais mobilizam a comunidade escolar e representantes da sociedade civil, promovem debates e trocas entre pares, formação sobre o currículo em construção e garantem a participação de um grupo específico. Levar as consultas para as escolas é interessante para ampliar a participação de toda a comunidade escolar.



CASOS DE CONSULTA PÚBLICA

► SANTA CATARINA

Santa Catarina reelaborou sua proposta curricular durante o primeiro semestre de 2014, em um processo que mobilizou a comunidade escolar presencial e virtualmente. Como as políticas curriculares do estado já têm um histórico de mais de 25 anos, a contextualização do processo de (re)elaboração curricular nessa trajetória foi essencial como ponto de partida do trabalho: o envolvimento de pessoas que já haviam participado dos processos de elaboração de documentos curriculares anteriores se mostrou igualmente importante.

No início, 185 professores do estado - de todas as redes, níveis de ensino e áreas de especialidade - foram selecionados por meio de edital para compor o Grupo de Produção. Todos eles tiveram um papel ativo nas discussões, participando de encontros mensais presenciais e webconferências sobre temas ligados à (re)elaboração curricular. Os cinco seminários presenciais foram gravados e os vídeos disponibilizados on-line.

Nesses espaços, foram discutidos: Formação Integral, Percorso Formativo, Diversidades, Currículo, Plano Político Pedagógico, Elaboração Conceitual e Conteúdos. As conversas resultaram na construção do Caderno Pedagógico, um recurso para apoiar professores no desenvolvimento de atividades em sala de aula.

Além das contribuições de profissionais selecionados pelo edital, o estado obteve sugestões a distância por meio de uma plataforma na qual a sistematização das discussões era disponibilizada para consulta. Houve mais de 8.000 participações, em grande medida pela simplicidade e menor exigência de recursos para coletar sugestões virtualmente. A discussão na plataforma, construída pela Unisul, foi realizada a partir de uma primeira versão do documento curricular escrita pelos professores. Para a filtragem destas contribuições realizadas on-line, foram contratados docentes e consultores especialistas.

Ao longo do processo, foram envolvidos professores de escolas públicas e privadas, Undime e a academia. As faculdades locais tiveram considerável importância no processo. Foram contratados aproximadamente 30 consultores das instituições de ensino superior, o que contribuiu para que houvesse maior engajamento dessas instituições na implementação e impactos na formação docente.



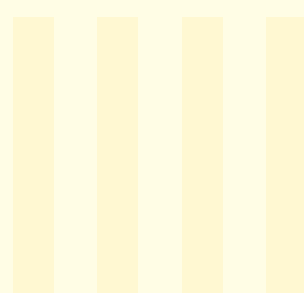
► PERNAMBUCO

Ao longo de 2012 e 2013, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, em parceria com os municípios, coordenou o processo de atualização dos Parâmetros Curriculares da Educação Básica do estado em todas as etapas da Educação Básica e na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Tendo como objetivo construir um documento não apenas para a rede estadual mas para todas as escolas do território, participaram professores das redes municipais e estadual, especialistas e gestores.

O processo, planejado em 2011, iniciou-se no ano seguinte pela escrita da versão 0 do documento. Ela foi elaborada por um grupo de especialistas (docentes/pesquisadores provenientes de universidades públicas de Pernambuco ou de outros estados). Em seguida, os primeiros textos foram analisados por consultores de cada área do conhecimento ou componente curricular e de cada etapa ou modalidade de ensino. Os grupos de consultores, mais amplos do que os de especialistas, incluíam docentes ou pesquisadores de universidades públicas de Pernambuco, professores da secretaria estadual que estavam em sala de aula ou alocados como técnicos na própria secretaria e docentes das redes municipais indicados pela Undime. Esse trabalho resultou na versão 1 do documento.

A partir dela, foram realizadas consultas presenciais com grupos de professores em cada uma das 17 Gerências Regionais de Educação (GREs). Durante essa fase, ocorreram cinco encontros em cada uma das GREs, cada um com oito horas de duração. Nos primeiros quatro encontros, os grupos foram divididos por componente curricular e etapa. No último deles, foram separados apenas por componente curricular, a fim de focar na articulação dos conhecimentos entre as etapas. Participaram desses debates aproximadamente 4.000 professores, propondo mudanças, exclusões ou adições.

Essas sugestões foram então consolidadas pelos consultores, que consideraram aquelas que estavam de acordo com aspectos legais e os princípios norteadores definidos na proposta preliminar, o que deu origem à versão 2 do documento. Por fim, a partir dessa versão consolidada, os especialistas que construíram a versão 1 elaboraram a versão final do currículo.





► MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ao longo do processo de (re)elaboração curricular do município de São Paulo, que começou no início de 2017, houve diversos momentos de consulta pública. Puderam participar: professores, diretores, coordenadores pedagógicos, pais, alunos e técnicos das DREs (Diretorias Regionais de Educação), todos ligados à rede municipal. As primeiras consultas públicas ocorreram nos meses de abril e maio e tiveram como objetivo levantar as expectativas de todos os envolvidos.

Os gestores foram ouvidos por meio de discussões presenciais nas DIPEDs (Diretorias Pedagógicas) das 13 DREs do município, nas quais estavam presentes diretores e coordenadores pedagógicos das escolas de cada diretoria regional. Os professores, por sua vez, foram consultados via formulários on-line, com perguntas sobre o que eles costumavam utilizar para planejar suas aulas e sobre o que um documento curricular deveria ter para contribuir efetivamente para o trabalho docente. Mais de 4,7 mil grupos de professores nas escolas, totalizando mais de 16 mil educadores, ofereceram suas contribuições. Nesse mesmo período, houve consultas destinadas aos alunos. Por meio do aplicativo Imprensa Jovem, mais de 43,5 mil estudantes se manifestaram sobre como gostariam que fossem as aulas. Essas diversas formas de consulta foram consolidadas e sintetizadas, servindo de insumo para a construção curricular nos GTs (Grupos de Trabalho).

A primeira versão do currículo da rede municipal de São Paulo foi concluída em julho de 2017, sendo disponibilizada no sistema virtual da rede para que todos pudessem manifestar sua opinião sobre o documento. O próprio sistema gerava relatórios semanais com essas contribuições, que eram avaliadas pela equipe da Secretaria. Nesse período, acadêmicos e especialistas também fizeram leituras críticas do documento. Após a conclusão do período aberto a sugestões, no final de agosto, os profissionais da Secretaria ficaram responsáveis por considerar todas as manifestações na redação da segunda versão do documento, que foi aprovado em sua versão final em dezembro de 2017.

